

## A IMPORTÂNCIA DAS DIRETRIZES GERAIS PARA O PLANEJAMENTO PASTORAL

*Dr. Pe. José Adalberto Vanzella\**

**Resumo:** Na evangelização, acontece a proclamação dos efeitos do anúncio da Boa Nova (Lc 4, 16-21), ou seja, a Palavra anunciada necessariamente produz seus efeitos, de modo que a Palavra está unida à vida, ao agir humano, elimina toda sorte de passividade, tornando as pessoas protagonistas na construção de um mundo novo, fundamentado nos valores do Reino que são Boa Notícia para os pobres: liberdade (libertação aos presos), superação da ignorância, da falta de fé e da passividade (aos cegos, a recuperação da vista), justiça (a liberdade aos oprimidos) e a comunhão com Deus, com todas as pessoas e com a natureza na vivência do Shalom, da paz (o ano da graça da parte do Senhor). A partir desses elementos, podemos dizer que é possível uma melhor compreensão das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e, conseqüentemente, a sua adequada utilização no processo de planejamento pastoral em vista de uma pastoral de conjunto no Brasil.

**Palavras-chave:** Diretrizes, ação evangelizadora, planejamento pastoral, eclesiologia.

### As Diretrizes da ação evangelizadora e planejamento pastoral

Uma das características da Igreja no Brasil há quase 60 anos é o esforço em vista de uma atuação em âmbito nacional em termos de pastoral. Este processo teve início com o Plano de Emergência, que foi logo substituído pelo Plano de Pastoral de Conjunto, elaborado durante o Concílio Vaticano II e que procurou traduzir para a Pastoral a estrutura conciliar e as propostas dos seus principais documentos.

---

\* Doutor em Teologia pela PUC-RJ, professor da Faculdade Dehoniana em Taubaté, Vigário Paroquial da Catedral do Divino Espírito Santo, Diocese de Caraguatatuba.

O Plano de Pastoral de Conjunto foi substituído pelas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral. O principal motivo para esta substituição foi a constatação de que os planos de pastoral deveriam ser de competência das Igrejas Particulares por serem mais próximos da realidade. As Diretrizes Gerais da Ação Pastoral deveriam, como o próprio nome diz, serem indicadores da direção da ação pastoral da Igreja e estabelecer o objetivo geral da ação pastoral da Igreja no Brasil. Cada Igreja Particular deveria elaborar o seu próprio Plano de Pastoral tomando em consideração o que estava sendo proposto pelas Diretrizes Gerais.

Com a elaboração do Projeto Nova Evangelização, durante o pontificado de João Paulo II e a sua influência na Conferência de Santo Domingo, as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral foram substituídas pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, configuração que é mantida até os nossos dias.

Tivemos também o retorno de projetos nacionais de evangelização juntamente com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, com destaque para os Projetos Rumo ao Novo Milênio, Ser Igreja no Novo Milênio e Queremos Ver Jesus - Caminho, Verdade e Vida.

Aos poucos, foi acontecendo nas Igrejas Particulares o desenvolvimento da capacidade de planejamento, com destaque para o uso do método dedutivo e do método VER-JULGAR-AGIR.

O método dedutivo usa o referencial teórico como pressuposto e dele são tiradas as decorrências pastorais. Este método sempre foi usado na Igreja, principalmente quando o planejamento é feito de forma normativa.

O método VER-JULGAR-AGIR pode ser usado tanto na vertente dedutiva como na vertente dialética.

Na sua vertente dedutiva, o método parte de um pressuposto como ponto de partida para o VER, para o JULGAR e para o

AGIR. Podemos citar o uso deste método nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil aprovadas em 2015, nas quais o princípio: “A partir de Jesus Cristo” determina o VER, o JULGAR e o AGIR.

Este método também é usado na sua vertente dialética, na qual a tese é desenvolvida pelo Ver, a antítese pelo Julgar e a Síntese pelo Agir. Este método nesta vertente já estava presente no Brasil desde a década de quarenta do século passado através da atuação da Ação Católica Especializada.

No seu uso, o Ver se constitui no marco referencial, que no caso do planejamento pastoral, acontece pela apresentação da realidade sociopolítica e econômica complementada por uma análise de conjuntura, o Julgar é feito pelo referencial teórico, constituído pelas Sagradas Escrituras, pelos documentos do Magistério e pela contribuição das diversas ciências que é colocado como contraponto ao Ver e possibilita a elaboração do diagnóstico pastoral e o estabelecimento do objetivo geral e seu desdobramento em objetivos específicos e o Agir consiste na elaboração de projetos pastorais com as ações necessárias para que os objetivos possam ser atingidos.

O uso do Método VER-JULGAR-AGIR na sua vertente dialética foi muito controverso. A principal acusação em relação era de que ele é socializante, uma vez que o Ver tem como ponto de partida a realidade sociopolítica e econômica. Esta acusação não procede visto que no processo dialético, conforme nos ensina Johann Gottlieb Fichte<sup>1</sup>. Friedrich Wilhelm von Schelling<sup>2</sup> e Georg Friedrich Hegel<sup>3</sup>, o que determina a síntese

---

1 Filósofo alemão pouco conhecido, mas que é considerado fundador do Idealismo e precursor de Hegel, escreveu, em 1808, os “Discursos à Nação Alemã”, obra que está disponível no Brasil pela coleção “Os Pensadores” e que trabalha a questão da dialética.

2 Filósofo que discute o problema da dialética entre o ideal e o real

3 Na sua obra fundamental, “Fenomenologia do Espírito”, traz importantes contribuições para a compreensão do método dialético.

num processo dialético não é a tese, mas sim a antítese. Logo, não se trata de a conjuntura ser o determinante, mas o condicionante. O determinante é o referencial teórico, que no caso do Planejamento Pastoral, diz respeito às fontes teórico-teológicas que possibilitam a iluminação da realidade e fixam os objetivos da ação que, em consequência disso, não é socializante, mas sim evangelizadora.

Tanto no uso do método dedutivo como no método dialético, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora vão ter uma importância fundamental na construção de uma Pastoral de Conjunto no Brasil e os projetos nacionais sempre foram ligadas e dependentes delas. Daí decorre a importância das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora para o trabalho de planejamento da ação evangelizadora e pastoral em todas as Igrejas Particulares do Brasil.

Para que as Diretrizes Gerais sejam utilizadas de modo adequado, alguns conhecimentos prévios são necessários. É necessário conhecermos alguns elementos da eclesiologia do Concílio Vaticano II.

Precisamos esclarecer a relação que existe entre a abordagem da Trindade e a abordagem da eclesiologia, assim como as consequências dessa abordagem para a organização e a prática eclesial, pois este esclarecimento nos possibilitará uma compreensão maior do significado do Concílio Vaticano II para a compreensão da Igreja.

Os estudos sobre a Santíssima Trindade podem ser entendidos a partir de dois grupos: um ontológico e um metafísico. A visão ontológica aborda a Trindade a partir da sua essência, a unidade de um ser absoluto que se desdobra a si mesmo, onde o mais importante é a compreensão dos atributos divinos. A visão metafísica procura estudar a Trindade sob o foco das suas relações intersubjetivas.

A visão ontológica da Trindade favorece uma visão de

Igreja voltada para si mesma, o que evidencia a instituição e a hierarquia e faz com que a base da compreensão eclesiológica seja mais cristológica do que trinitária. Como consequência dessa visão, a atuação pastoral será marcada principalmente pela vida da Igreja, evidenciando a catequese, a liturgia e as vocações. O planejamento pastoral terá uma característica normativa e centralizadora e as principais reflexões serão estratégicas em vista da consecução dos objetivos institucionais com marcante presença dos fundamentos filosóficos.

A visão metafísica da Igreja favorece uma visão da Igreja em relação e aberta ao diálogo, o que evidencia a sua presença no mundo com a missão de edificar na história o Reino de Deus e a base da compreensão eclesiológica torna-se mais trinitária. A consequência pastoral dessa missão é a importância da presença da Igreja no mundo e as relações decorrentes dessa presença, abrindo espaço principalmente para o diálogo, a inculturação do Evangelho e a atuação sócio-transformadora que a Igreja realiza, colocando-se, de fato, no coração da história. O planejamento pastoral passa a ter como princípio a participação de todos e dando grande importância para o conhecimento sócio- analítico.

O Concílio Vaticano II vai mostrar, principalmente na *Lumen Gentium*, a relação da Igreja para com o Deus Trino<sup>4</sup> e, nesta relação, a Igreja participa da vida e do amor trinitário e deve tornar-se sacramento da comunhão divina tanto na sua organização institucional como no exercício da sua missão permanente.

A Igreja é dom de Deus, fruto da iniciativa divina cumprida no mistério pascal, que gera nova relação com Deus e com os demais seres humanos. Esta união é obra do Espírito (LG 4;13) que nos une a Cristo (LG 7) gerando comunhão de vida, caridade e verdade (LG 9) e nos torna pertencentes ao Corpo

---

4 Cf. Medart KEHL. *A Igreja, uma eclesiologia Católica*, p.61.

Místico (LG 50), marcando nossa condição de peregrinos (LG 50) com um vínculo orgânico (LG 14-15) que une todos os fiéis (LG 13; DV 10; UR 2).

Já durante o Concílio, o Papa Paulo VI escreveu a sua primeira encíclica, a *Ecclesiam Suam*. Ele inicia esta encíclica afirmando o seu caráter dialógico e a sua intenção de aprofundar a consciência de Igreja, bem como a necessidade que a Igreja tem de refletir sobre si mesma. A partir daí, a encíclica procura mostrar a Igreja como mistério da presença de Cristo, seja a partir da doutrina do Corpo Místico, que nós vimos na encíclica anterior, seja como edifício que tem como construtor o próprio Cristo. O sacramento do Batismo é o enxertamento no Corpo Místico de Cristo<sup>5</sup>.

O Concílio Vaticano II adotou o caráter pastoral, procurando adaptar-se às novas exigências do tempo presente (SC 1). Para isso, substitui o modelo de sociedade perfeita pelo modelo de povo de Deus, expresso de modo especial na *Lumen Gentium* que, curiosamente, não cita a experiência do povo de Israel na sua caminhada entre o Egito e a Terra Prometida. O modelo de Igreja povo de Deus vai se impor e abrir caminho para uma eclesiologia de comunhão, o qual analisaremos no tópico seguinte: os modelos de Igreja.

Em geral, o Concílio Vaticano II passa a valorizar as realidades terrenas, o que possibilita que a Igreja realize a proposta do papa Paulo VI na *Ecclesiam Suam* de entrar em diálogo com o mundo. Também é importante evidenciar que o modelo povo de Deus evidencia a dimensão comunitária da fé, rompendo com a visão individualista do homem e da fé. Como se volta para as Sagradas Escrituras, o diálogo ecumênico sai fortalecido<sup>6</sup>.

### O modelo da Contra Reforma, continuidade da cristandade

5 José Adalberto VANZELLA, *Protagonismo do leigo na Igreja*, p.37-38.

6 Cf. Vitor CODINA, *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*, p.169.

medieval, vai ser alterado pelo Concílio Vaticano II. O triunfalismo será substituído por uma Igreja que, a exemplo de Cristo, torna-se serva da humanidade no seu caminho para a escatologia como semente do Reino de Deus na terra e aberta aos sinais dos tempos. O conceito de povo de Deus, que tem a mesma fé, a mesma Escritura, se nutre da eucaristia e vive a pluralidade dos carismas se apresenta como proposta para a superação do clericalismo presente no modelo da sociedade perfeita e da cristandade. A *Lumen Gentium*, no seu terceiro capítulo, deixa bem claro que a hierarquia deve ser entendida dentro do povo de Deus, nem à margem e nem acima. Também é importante esclarecer que a Igreja entendida no seu mistério em relação com a Trindade porque nasce do Pai, reflete a luz de Cristo e é animada pelo Espírito Santo e é comunidade reunida na unidade da Trindade supera a visão canônica do modelo anterior<sup>7</sup>.

Esta eclesiologia nos ajuda a entender melhor as propostas das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

A missão permanente da Igreja é a evangelização, de modo que ela se torna o germe e o início do Reino de Deus na terra, desejando, buscando e esperando unir-se plenamente a Cristo na glória (LG 5). Desta missão participam todos os seus membros, tanto a hierarquia como o laicato, estabelecidos como testemunhas e instruídos pelo senso da fé e a graça da palavra (At 2-17; Ap 19,10) e que devem fazer com que o Evangelho chegue às famílias e à sociedade<sup>8</sup>. Também os religiosos e religiosas são semeadores do Reino de Deus, pela oração ou pela ação, de acordo com as exigências de sua vocação<sup>9</sup>. Deste modo, toda a Igreja contribui para a vinda do Reino de Deus e a salvação de toda a humanidade (GS 45).

---

7 Cf. *Ibidem*, p.170-171.

8 Cf. *Ibidem*, p.35.

9 Cf. *Ibidem*, p.44.

Na evangelização, acontece a proclamação dos efeitos do anúncio da Boa Nova (Lc 4,16-21), ou seja, a Palavra anunciada necessariamente produz seus efeitos, de modo que a Palavra está unida à vida, ao agir humano, elimina toda sorte de passividade, tornando as pessoas protagonistas na construção de um mundo novo, fundamentado nos valores do Reino que são Boa Notícia para os pobres: liberdade (libertação aos presos), superação da ignorância, da falta de fé e da passividade (aos cegos, a recuperação da vista), justiça (a liberdade aos oprimidos) e a comunhão com Deus, com todas as pessoas e com a natureza na vivência do Shalom, da paz (o ano da graça da parte do Senhor).

A partir desses elementos, podemos dizer que é possível uma melhor compreensão das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e, conseqüentemente, a sua adequada utilização no processo de planejamento pastoral em vista de uma pastoral de conjunto no Brasil.

## Referências bibliográficas

- CODINA, Vitor. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium, sobre a Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Constituição Dogmática Dei Verbum, sobre a Divina Revelação*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes, sobre a Igreja no mundo de hoje*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Constituição Sacrosanctum Concilium, sobre a Sagrada Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Decreto Unitatis Redintegratio, sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- KEHL, Medart. *A Igreja: uma eclesiologia Católica*. São Paulo: Loyola, 1997.
- PAULO VI, Papa. *Carta Encíclica Ecclesiam Suam*. São Paulo: Paulinas, 1964.
- VANZELLA, José Adalberto. *Protagonismo do leigo na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.